

GÊNERO DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA

Iuri Oliveira Mateus¹, Fernanda Telles Márques²

¹ Universidade de Uberaba/PIBIC-CNPq; ² Universidade de Uberaba/PPGE

¹iuri.27@hotmail.com, ²fernanda.marques@uniube.br

Linha de trabalho: Políticas Públicas na Educação

Palavras-chave: educação e diversidade, estudos de gênero, políticas públicas, educação e cidadania.

Introdução

Decorridas quase duas décadas da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) nos quais foi apresentada a transversalização da temática da sexualidade na educação básica (chamada de orientação sexual), não se pode dizer que a proposta tenha, de fato, sido efetivada. Como sugerem os argumentos utilizados em recentes projetos de lei e decisões legislativas proibitivos da menção a *gênero e diversidade sexual* na escola pública, dentre as razões para o insucesso da proposta assente nos PCN estão, além de despreparo para lidar com a prática da transversalidade, também a falta de conhecimento sobre o campo teórico dos estudos de gênero (MÁRQUES, 2015).

Formulada há quase 50 anos para distinguir as dimensões biológica e social, a categoria *gênero* envolve o entendimento de que os *modos de ser* de homens e de mulheres são produtos mais da realidade social do que das anatomias dos corpos. O conceito surge em resposta à flagrante desigualdade no tratamento reservado a homens e a mulheres. Desigualdade, esta, fundamentada numa leitura estreita do dado biológico, segundo a qual, as mulheres seriam naturalmente mais emotivas e menos racionais, e, portanto, menos capazes física e intelectualmente (MÁRQUES, 2002; LOURO, 2008).

Com o passar do tempo, e na medida em que movimentos sociais conseguiram ampliar as conquistas das mulheres, o conceito de gênero passou a ser empregado sobretudo no estudo da

produção social da identidade e da diferença e nas reivindicações denunciativas de desigualdades, o que inclui, ainda, a temática LGBT e a questão de diversidade sexual.

Inserido em um Plano de Pesquisa mais amplo, em que analisaremos o lugar reservado às dimensões política e sociocultural da sexualidade humana nos PCN para o ensino de Ciências, o trabalho aqui apresentado consiste em uma reflexão sobre a categoria gênero – o que é um primeiro passo para o debate acerca da necessidade de sua abordagem na educação básica.

Objetivo

O objetivo geral do presente trabalho é apresentar o que diz a literatura sobre aspectos socioculturais que tornam a abordagem de questões de gênero cada vez mais necessária também na educação básica.

Metodologia

Trata-se de um exercício de investigação bibliográfica, que está sendo realizado no âmbito de uma proposta mais ampla.

Os trabalhos foram iniciados com leituras de contextualização histórica da construção da categoria gênero. Em seguida, recorreremos às bases de dados Scielo e Portal de Periódicos da CAPES para identificar produções recentes (período 2010-2015), contendo os descritores: “identidade”, “diferença”, “gênero” e “sexualidade”.

Depois de triado, o material resultante está sendo lido, fichado e analisado. O passo seguinte será o da interlocução crítica, que envolverá a produção de textos e sua socialização com os demais membros da equipe.

Resultados e Considerações finais

A escola diferencia e participa ativamente da produção social dos sujeitos. Como explica Márques (2015, p. 105), “seus discursos sobre a identidade e a diferença, a forma como apresenta sexualidades, corpos, gêneros, etnias, exerce influência na formação de um imaginário sobre a diversidade que, em uma sociedade que se anuncia como democrática, acaba diretamente relacionado ao exercício da cidadania”. Assim, educar na diversidade com responsabilidade

cidadã pressupõe mais do que compreensão da multiplicidade do debate sobre diversidade (MARTINS, 2011). É preciso, ainda, ter consciência da importância de educar para o respeito aos diferentes modos de existir, o que envolve o reconhecimento e o combate a formas de intolerância expressas em homofobia, violência simbólica e/ou física ocorridas dentro e fora do ambiente escolar.

A partir dessa perspectiva, os textos analisados até o momento evidenciam que a sociedade atual, ainda que menos segregacionista quando comparada ao que era em momentos anteriores, persiste em estabelecer distribuições de tarefas e de responsabilidades baseadas em critérios aos quais os autores chamam de sexistas, classistas e racistas – e isso acaba sendo reproduzido também no ambiente escolar.

Nesse contexto, ao analisar a esfera envolvendo a dominação de grupos sobre outros, Pierre Bourdieu (2003, p. 15), reforça que essa realidade se deve a uma *adesão* que o dominado simplesmente “não pode deixar de conceder ao dominador” uma vez que “os esquemas que ele (dominado) mobiliza para se perceber e se avaliar ou para perceber e avaliar o dominador são produto da incorporação de classificações, assim naturalizadas”. A esta forma de adesão, o autor dá o nome de violência simbólica.

A partir da conceituação de Bourdieu, Heleieth Saffioti (2002) pondera que, numa sociedade patriarcal, diversos agentes e agências sociais contribuem, via violência simbólica, para a manutenção dos *status quo*. Na atuação de grupos que defendem a execração de sujeitos que ousam cometer “transgressões de gênero”, ou na proliferação de estereótipos sobre o feminino e o masculino, o que se tem é um esforço de naturalização da assimetria, social e política, colocada nas relações de gênero.

Cássia Carloto (2008) comunga do entendimento de Saffioti (2002) e complementa que “as relações de gênero refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres” (CARLOTO, 2008, p.1), o que, no nosso entendimento, reforça a importância do papel da escola na discussão da questão, e das políticas públicas em sua orientação.

A este respeito, diversos autores registram que, no Brasil, sexualidade, gênero e diversidade sexual demoraram muito até que fossem contemplados em políticas públicas de educação (VIANNA e UNBEHAUM, 2006; CARLOTTO, 2008; MÁRQUES, 2015). A exemplo disso, ainda que a inclusão da perspectiva de gênero apareça no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, RCNEI, 1998) e nos Parâmetros Curriculares

Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, PCN, 1997), as pesquisadoras Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum (2006) estão entre os autores que identificam a primeira década dos anos 2000 como um marco em termos de políticas públicas de educação voltadas a gênero e diversidade sexual – sendo este o assunto da segunda fase de nossos estudos.

Referências

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <www.mec.gov.br/sef/sef/pcn.shtm>. Acesso em 20 de set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, UEL, vol. 3, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm>. Acesso em 21 de maio 2014.

MÁRQUES, F. T. **No Cais do Corpo**: um estudo etnográfico da prostituição viril na região portuária santista. Tese (doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. 2002.

_____. **Violência e normalização na escola**: a produção da diferença como condição patológica. 2015. 165 fls. Relatório (Pós-doutorado) – Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

MARTINS, F. J. Diversidade: conceitos e práticas presentes na educação, gestão e movimentos sociais. **Revista Inter Ação**, v. 36, n. 1, p. 245-262, set. 2011

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Labrys, Estudos Feministas**, n. 1-2, Jul./Dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**: Gênero e Educação, n. 20, vol. 2, pp. 71-99, 1995. Disponível em: www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Gênero na Educação Básica: quem se importa? Uma análise dos documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.27, p. 407-428, maio/ago. 2006.